



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO DESPORTO NÃO PROFISSIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.

CNPJ 14.380.152/0001-71

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (reapresentado)

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (reapresentado) - (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2016	2015 (Reapresentado)		Nota explicativa	2016	2015 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	280	107	Fornecedores	7	156	143
Subvenções PMSJC	5	3.504	1.912	Obrigações tributárias		19	8
Adiantamentos a colaboradores	8	-	-	Obrigações trabalhistas	8	3.535	1.838
Outras Contas a Receber	18	19	-	Recursos em consignação		1	-
		3.810	2.038			3.711	1.989
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	6	15	17	Superávit acumulado	10	114	66
		15	17			114	66
Total do ativo		3.825	2.055	Total do passivo e do patrimônio líquido		3.825	2.055

Demonstrações do superávit/(déficit) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (reapresentado) - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2016	2015 (Reapresentado)
Receitas			
Subvenções PMSJC		18.179	14.268
Captação de recurso - Lei de Incentivo Fiscal		95	468
Recursos próprios		179	416
Receitas Financeiras		56	63
(=) Receita bruta	11	18.509	15.215
Despesas com mão de obra	12	(16.222)	(11.686)
Despesas operacionais		(156)	(201)
Despesas com serviços especializados	13	(429)	(408)
Despesas com atividades esportivas	14	(1.495)	(2.874)
Despesas financeiras		(162)	(43)
Despesas tributárias		(15)	(23)
Outras despesas operacionais		18	(8)
(=) Superávit (Déficit) do exercício		(18.461)	(15.243)
(-) IR/CS diferidos		48	(28)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (reapresentado) (Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	94	94
Déficit do exercício	(28)	(28)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	66	66
Superávit do exercício	48	48
Saldos em 31 de dezembro de 2016	114	114

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (reapresentado) (Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Superávit/(déficit) do exercício	48	(28)
Depreciação e amortização	4	4
Superávit ajustado	52	(24)
Aumento/(redução) em ativos		
Aumento/(redução) em subvenções a receber	12.209	3.819
(Aumento)/redução em adiantamentos	(8)	-
(Aumento)/redução em outros ativos	-	83
Aumento/(redução) em passivos		
Aumento em fornecedores	14	(109)
Redução em obrigações trabalhistas/fiscais	1.708	554
Redução em outras contas	(13.800)	(6)
Aumento/(redução) em Repasse para Custeio PMSJC	-	(4.707)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	175	(390)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(2)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(2)	-
(=) Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	173	(390)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	107	497
Caixa e equivalente de caixa no final do período	280	107
(=) Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	173	(390)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (reapresentado) (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto Não Profissional de São José dos Campos é instituído como Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Tivoli, 128. Desenvolve suas atividades dirigidas ao fomento de atividades físicas e desportivas, bem como na formação e preparação de atletas e de equipes esportivas para participação em competições realizadas por Ligas Esportivas, Federações, Confederações e jogos promovidos pelas Secretarias dos Estados da Federação ou pelo Ministério dos Esportes. Representa o município de São José dos Campos ou qualquer outro que tenha interesse, sendo constituído com prazo de duração por tempo indeterminado. Tem por finalidade prestar apoio financeiro, mediante a administração autônoma e gestão própria dos respectivos recursos, objetivando o desenvolvimento de atividades físicas e esportivas para o aperfeiçoamento como forma de educação, saúde, proteção e valorização do cidadão, bem como, pelo desporto de alto rendimento não profissional no Município de São José dos Campos ou qualquer outro, em conformidade com os objetivos constantes do Art. 3º incisos I a XIX, Capítulo II - DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS constantes do Estatuto do Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto Não Profissional de São José dos Campos. Em 2015, o Centro de Desenvolvimento firmou com o Município de São José dos Campos, o Contrato de Gestão nº 2844/2015 que tem como objetivo o gerenciamento e execução de serviços de atividades físicas, esportivas e de lazer nos centros esportivos e academias ao ar livre do Município, pelo período inicial de doze meses, podendo ser renovado até cinco anos consecutivos.

Em 14 de outubro de 2016 foi firmado o primeiro termo aditivo do contrato 2844/2015 com validade de 04 meses a contar de sua assinatura. O segundo aditivo do contrato 2844/2015 firmado com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos em 14 de fevereiro de 2017, possui vigência de 01 mês. O terceiro aditivo com validade de 30 dias foi firmado entre as partes em 15 de março de 2017 com vencimento em 15 de abril de 2017. Em 2016 continuou com as atividades de custeio operacional da atividade e manutenção do atleta cidadão modalidade basquete masculino e basquete feminino e do basquete masculino adulto, com recursos municipais destinados para esta finalidade, com o objetivo de representar o município de São José dos Campos em competições realizadas por Ligas Esportivas, Federações, Confederações e jogos promovidos pelas Secretarias dos Estados da Federação ou pelo Ministério dos Esportes, representando o Município de São José dos Campos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Associação em 17 de março de 2017.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, bem como as Normas do Conselho Federal de Contabilidade que trata dos aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativos e as fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Base para a elaboração As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, revogando as Resoluções do CFC nos 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros.

2.1. Representação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente apresentadas, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retifi-

cação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2015		2015 (Reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido	2015		2015 (Reapresentado)
	2015	Ajuste			2015	Ajuste	
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	107	-	107	Fornecedores	143	-	143
Subvenções PMSJC	15.713	13.801	1.912	Obrigações tributárias	8	-	8
Adiantamentos a colaboradores	-	-	-	Obrigações trabalhistas	1.838	-	1.838
Outras Contas a Receber	19	-	19	Recursos em consignação	13.801	13.801	-
	15.839	13.801	2.038		15.790	13.801	1.989
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	17	-	17	Superávit/(déficit) acumulado	66	0	66
	17	-	17		66	-	66
Total do ativo	15.856	13.801	2.055	Total do passivo e do patrimônio líquido	15.856	13.801	2.055

	12/31/2015	Ajuste	31/12/2015 (Reapresentado)
Superávit / déficit do exercício	(28)		(28)
Depreciação e amortização	4		4
Superávit ajustado	(24)		(24)

	2016	2015 (Reapresentado)
Aumento/(redução) em ativos		
Aumento/(redução) em subvenções a receber	(9.982)	3.819
(Aumento)/redução em adiantamentos	-	-
(Aumento)/redução em outros ativos	83	83
Aumento/(redução) em passivos		
Aumento/(redução) em fornecedores	(109)	(109)
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas/fiscais	554	554
Aumento/(redução) em outras contas	(6)	(6)
Aumento/(redução) em Repasse para Custeio PMSJC	9.094	(4.707)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(390)	(390)

	2016	2015 (Reapresentado)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(390)	(390)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(390)	(390)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	497	497
Caixa e equivalente de caixa no final do período	107	107
(=) Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(390)	(390)

A reclassificação refere-se as contas de "subvenções a receber" e "recursos em consignação" que, em 31 de dezembro de 2015, registravam o valor integral do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, que referiam-se a serviços que seriam prestados no decorrer da vigência do contrato. O item 4.13 do CPC 00 traz que os ativos da entidade resultam de transações passadas ou de outros eventos passados. O mesmo item cita que transações ou eventos programados para o futuro não dão origem, por si só, ao surgimento de ativos.

Assim, a contabilização foi ajustada para o período de 2016 e de forma retroativa para 2015, de modo a manter a comparabilidade dos demonstrativos contábeis.

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

3.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1.1. Ajuste a valor presente

Os saldos apresentados em direitos a receber e contas a pagar, apresentam prazo de realização em curto prazo não necessitando serem ajustados a valor presente.

3.2. Resumo das principais práticas contábeis

3.2.1. Apuração do superávit

O superávit é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

3.2.3. Ativo imobilizado

O imobilizado está representado pelos bens adquiridos pela entidade registrados pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável acumulada calculada pelo método linear.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

3.3.4. Passivo circulante

O passivo circulante é demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A contrapartida dos ajustes a valor presente e contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é possível que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. A provisão para férias e respectivos encargos foram constituída com base nas férias vencidas e proporcionais.

3.2.5. Reconhecimento da receita

As receitas decorrentes de serviços são apropriadas ao resultado em função dos gastos mensais, incorridos pelo Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto Não Profissional de São José dos Campos, conforme determinado no plano de trabalho da Associação. Essas receitas originam-se em sua maior parte do Contrato de Gestão nº 2844/2015 com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da entidade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita do contrato de gestão é reconhecida ao longo do período e confrontada com as despesas que serão compensadas.

3.2.6. Tributos Incidentes sobre as atividades

O São José Desportivo é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da entidade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações - isenta sendo fornecida a declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Associação sem fins lucrativos; (c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - isenta, sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social. Com relação à COFINS, a Medida Provisória nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispõe que para os fatos geradores ocorridos a partir de 01 de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532-97, todavia, tais atividades são entendidas pela autoridade fiscal como sendo recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da Instituição e execução de seus objetivos estatutários, que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeitas à COFINS as receitas decorrentes de demais prestações de serviços bem como os rendimentos de aplicações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015 (Reapresentado)
Caixa	5	12
Banco conta movimento	198	65
Aplicações financeiras	77	30
	280	107

A Rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", registrada nos valores de R\$ 280 em 2016 (R\$ 107 em 2015), respectivamente, são compostas por recursos provenientes de:

- Outros Recursos: composto do saldo de Patrocínios, Lei de Incentivos Fiscais e Prestação de Serviços;
- Contrato de gestão PMSJC: composto do saldo de recursos recebidos por meio do contrato de gestão nº 2844/2015 com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

5. Subvenções PMSJC

	2016	2015 (Reapresentado)
Contrato de Gestão 2844/2015 PMSJC	3.504	1.912
	3.504	1.912

A rubrica "Subvenções PMSJC", registrada no valor de R\$ 3.504 em 2016 (R\$ 1.912 em 2015) é composta pelo valor do repasse do contrato 2844/2015 com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos no exercício de 2016.

6. Imobilizado

	2016	2015 (Reapresentado)
Móveis e utensílios	8	7
Equipamentos de informática	14	9
	22	15

A rubrica "Imobilizado", registrada no valor de R\$ 15 em 2016 (R\$ 17 em 2015), é composta de bens destinados a atividades operacionais.

7. Fornecedores

	2016	2015 (Reapresentado)
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comercio	103	-
Fatos Contábil Assessoria Empresarial	36	55
Uniodonto de São José dos Campos	10	-
Tpa Turismo	-	82
Outros	7	6
	156	143

A rubrica "fornecedores", registrada no valor de R\$ 156 em 2016 (R\$ 143 em 2015), é composta pela aquisição de materiais e serviços, com vencimento para 2017.

8. Obrigações trabalhistas

	2016	2015 (Reapresentado)
Férias	1.516	1.076
Salários a pagar	816	496
INSS s/ folha a recolher	365	199
FGTS a recolher	109	45
Outras obrigações Trabalhistas	729	22
	3.535	1.838

A rubrica "obrigações trabalhistas", registrada no valor de R\$ 3.535 em 2016 (R\$ 1.838 em 2015), é composta pelos salários, encargos sociais a recolher e provisão de férias. Em 2016, houve um aumento do quadro de colaboradores, atingindo o número de 499 funcionários e 26 estagiários. A variação do saldo na linha de "outras obrigações trabalhistas" registrada no valor de R\$ 729 em 2016 (R\$ 22 em 2015),